



# Aspectos gerais de armas e munições

# Apêndice

## Gabaritos comentados com resposta-padrão

### Leis Penais: Unidade 1

#### **Gabarito 1.** Faça Valer a Pena - Seção 1.1:

##### **1.** Alternativa correta: E

Resposta comentada: Sabe-se que o direito penal só pode ser convocado para resolver e impedir atos que ameacem a convivência e a organização social sobre temas que outros ramos do direito foram ou são incapazes de solucionar. Embora a dívida possa efetivamente atingir o patrimônio de terceiros, tal como os crimes de furto, roubo ou sonegação tributária, a dívida civil não tem aptidão para exigir uma resposta do Estado por meio do direito penal. Isso porque, o direito civil, o direito do consumidor, associações de proteção ao crédito podem apresentar respostas e instrumentos que garantam a diminuição da inadimplência de forma mais eficaz e célere do que o direito penal. Assim, pelo princípio da intervenção mínima deve-se excluir qualquer projeto que pretenda criminalizar a dívida civil seguindo a orientação de inúmeros tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário. A exemplo disso podemos destacar o próprio Pacto de San José que impede a criminalização por dívida civil, admitindo-se apenas a prisão por falta de pagamento da pensão alimentícia, já que neste último caso, o Estado deve tutelar com mais rigor o desenvolvimento de menores e pessoas incapazes de se sustentarem por conta própria. Ressalta-se ainda que neste último caso sequer se trata de crime, mas de uma medida civil para inibir o não pagamento da pensão.

##### **2.** Alternativa correta: A

Resposta comentada: O terrorismo é uma preocupação que antes se centrava apenas em países europeus, árabes e nos Estados Unidos. O poder de devastação é realmente considerável. Grupos fundamentalistas cristãos como na Irlanda ou Muçulmanos nos países árabes utilizam-se do

pretexto da fé para praticarem justamente aquilo que todos as religiões repudiam, o genocídio de pessoas inocentes. Não há qualquer preceito religioso que autorize matar um inocente contra grupos de pessoas que nada fizeram para justificar esses massacres. No entanto, apesar do perigo que representam, isso não pode servir de justificativa para a arbitrariedade do Estado ao prender religiosos que eventualmente professem a mesma fé que os terroristas. O Estado encontra-se servido de meios de investigação suficientes para apurar, com mais exatidão, as pessoas realmente são responsáveis por um plano que venha causar temor ou morte generalizada. Além de estigmatizar, a prisão cerceia um dos bens mais importantes para a cultura ocidental que é justamente a liberdade. Nesse sentido, essa só pode ser afastada quando uma pessoa seja efetivamente responsável por um ato ou pelo perigo de lesão a bens jurídicos tutelados, como: a vida, integridade física etc. Assim, prender toda uma comunidade sem apurar o que cada um efetivamente praticou para ameaçar um bem jurídico é violar o princípio da responsabilidade pessoal que condiciona qualquer punição a atos efetivamente praticados pelos acusados com clara relação de causalidade entre a conduta e o dano.

### 3. Alternativa correta: D

Resposta comentada: A ignorância gera arrogância, já diziam os mais sábios. Mas você, como estudante de um curso próprio, sabe que todas as pessoas, inclusive juízes, policiais, seguranças e promotores estão sujeitos a erro. É natural que ao proceder a um julgamento, o juiz responsável não se atente para uma determinada prova ou argumento que possa alterar completamente a decisão final sobre os fatos apurados. Para tanto, existem recursos que servem justamente para evidenciar o erro de uma decisão que poderá ser alterada nas instâncias superiores. O princípio da presunção de inocência é aquele que garante, independentemente da fase em que esteja o processo (inquérito, instrução ou recurso) e em favor de todos os acusados, a presunção de que, enquanto não houver uma decisão com trânsito em julgado, o Estado deve tratar todos eles como inocentes. Isso não representa uma mera formalidade, mas efetivamente, uma garantia que impede qualquer efeito da condenação antes da decisão final. O cumprimento antecipado da pena inverte a presunção prevista em lei, pois impõe a prisão contra uma pessoa como se culpada ela já fosse. Na verdade, é o contrário, ela é inocente para todos os fins, só alterando essa presunção com a decisão final.

**Gabarito 2.** Faça Valer a Pena - Seção 1.2:**1.** Alternativa correta: D

Resposta comentada: O Sr. Luigi era garantidor do episódio no sentido de que deveria ter agido para diminuir o máximo possível do risco à integridade física dos passageiros. Isso em razão de dois motivos legais: o primeiro previsto no art. 13, §2º, inc. I do Código Penal, porque o Sr. Luigi exercia o cargo de comandante, cuja profissão exigia cuidado, proteção e vigilância em favor de todos os passageiros que estivessem em sua embarcação. Em segundo lugar, porque sua conduta negligente criou um risco proibido que se concretizou com o naufrágio do navio. Assim, o comandante era obrigado a coordenar o resgate dos passageiros para evitar o pânico e que qualquer pessoa se perdesse durante o salvamento. Pelo nexo de evitação, nota-se que caso o comandante tivesse executado a ação que a lei lhe atribuía, o resultado morte das crianças poderia ter sido evitado.

**2.** Alternativa correta: C

Resposta comentada: Trata-se de hipótese típica de homicídio culposo no trânsito. Isso porque, o Sr. Oswaldo tinha ciência de que estava embriagado, era previsível que o resultado morte ocorresse em decorrência da sua incapacidade para dirigir, mas ainda assim ele resolveu assumir o volante do veículo colocando pessoas em risco desnecessário e proibido. Assim, Oswaldo agiu com culpa consciente, vez que ele agiu de forma imprudente ao dirigir diante daquele estado de embriaguez que foi comprovado pelo etilômetro. Nesse caso, ele não poderia ter sido condenado por homicídio doloso, já que não houve qualquer menção na narrativa de dados que informem que o condutor teria assumido o risco e aceitado o resultado. Muito pelo contrário, logo após o acidente, o Sr. Oswaldo tentou reduzir os danos encaminhando para o hospital, demonstrando que ele teria agido de forma imprudente. Não podemos nos esquecer que no dolo eventual, o indivíduo assume o risco como na culpa consciente, mas ao mesmo tempo aceita o resultado danoso. Além disso, o motorista deve ser condenado pelo crime previsto no Código de Trânsito Brasileiro por ser mais específico, isso em conformidade com o princípio da especialidade.

**3. Alternativa correta: E**

Resposta Comentada: Miguel Tirson e Evandro Holiwood são esportistas de uma luta que possui regras e limites próprios autorizados por lei. A forma de se praticar essa luta é justamente através de golpes que são admitidos pela competição. De acordo com as normas que regem o esporte do Boxe, a disputa de socos é justamente o que vai definir o vencedor e o perdedor. Aquele que atingir o adversário mais vezes ou de forma mais eficaz vence a luta. Nesse sentido a lesão corporal é inerente à prática do esporte, pelo que o soco nesse caso é um exercício regular do direito de praticar a luta numa competição. Por esse motivo, não será possível investigar a prática de lesão corporal, já que os competidores agem conforme permissão legal excludente de ilicitude.

**Gabarito 3.** Faça Valer a Pena - Seção 1.3:**1. Alternativa correta: D**

Resposta comentada: Kleber não poderá ser acusado de praticar qualquer delito previsto no Estatuto do Desarmamento, tendo em vista que essas modalidades criminosas admitem apenas a prática dolosa, isto é, com consciência e vontade de atingir o tipo legal. No caso em concreto, Kleber não sabia sobre o porte da munição pelo seu amigo, razão pela qual não pode ser responsabilizado.

**2. Alternativa correta: E**

Resposta comentada: Trata-se de hipótese típica de furto famélico que não pode ser condenada pelas autoridades, tendo em vista que a fome é uma situação de perigo não provocada pelo agente que deve sacrificar um bem de menor valor, patrimônio, para salvar outro, qual seja: sua saúde ou sua própria vida.

**3. Alternativa correta: C**

Resposta comentada: Ao agir para defender a integridade e o patrimônio físico alheio de forma proporcional contra injusta agressão, o segurança praticou o tipo da lesão corporal, mas protegido pela excludente de ilicitude referente à legítima defesa. Já Edinho tentou praticar o crime de roubo, mas não conseguiu executar completamente o crime, por circunstância alheia à sua vontade. Além disso, Edinho não poderá ser acusado de usar arma de fogo no assalto, já que não se pode equiparar arma de fogo com brinquedo sem potencial lesivo, devido à vedação à analogia *in malam partem*.